

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: DILEMAS NA GESTÃO SOCIAL DE RECURSOS PÚBLICOS POR COMUNIDADES RURAIS NO NORDESTE DO BRASIL¹

ROTATING SOLIDARITY FUNDS: DILEMMAS IN THE SOCIAL MANAGEMENT OF PUBLIC FUNDS FOR RURAL COMMUNITIES IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

Claricio dos Santos Filho²

Alicia Ferreira Gonçalves³

RESUMO

O objetivo desta comunicação é realizar uma reflexão crítica das trajetórias institucionais do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, em execução na região Nordeste do Brasil desde 2005. A matriz institucional e operacional do PAPPS repousa na metodologia dos Fundos Rotativos Solidários, que são formas de poupança coletivas no meio popular, na forma dinheiro e/ou produtos, geridos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção e comercialização de bens e serviços. E, a gestão do Programa é compartilhada entre as organizações comunitárias, entidades governamentais e não governamentais, que formam Conselhos Gestores Nacional e Local. Portanto, a preocupação central são as diferentes trajetórias institucionais a que o Programa está submetido em sua gestão compartilhada. Neste sentido, nosso esforço é compreender os limites, avanços e esperanças do aprendizado da gestão compartilhada envolvendo diferentes matrizes institucionais, e diferentes estilos de organização e tomadas de decisão, que podem ser apreendidos da experiência de gestão social dos Fundos Rotativos Solidários no Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Fundos Rotativos Solidários; Finanças Solidárias; Economia Solidária.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to perform a critical reflection of the trajectories of the "Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários-PAPPS" which is running in the Northeast Region of Brazil since 2005. The institutional matrix and operation of the PAPPS lies in the method-

¹ "Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil."

² Mestre em sociologia rural, consultor do BNB (Fortaleza, CE/Brasil) E-mail: claricio@bnb.gov.br. Esta análise do PAPPS é compartilhada com a Prof. Alicia Gonçalves, que coordena pesquisa de avaliação do Programa na Paraíba, a qual agradeço as contribuições. Data: 13 de julho de 2010.

³ Alicia Ferreira Gonçalves concluiu o doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas em 2003, na área de Antropologia, "Itinerários Intelectuais e Etnografia dos saberes". De 2004 a 2007 foi pesquisadora DCR do CNPq vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Ceará. A partir do segundo semestre de 2008 atua como Professora Adjunto II na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pesquisadora do Grupo COTIDIANO - Indisciplinar de Pesquisa sobre Vida Cotidiana (UFPB/PPGS), Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e co-coordenadora do Grupo ETNOGRAFIAS do Capitalismo Contemporâneo da UNICAMP. Está vinculada à linha de pesquisa "Políticas Públicas, Território e Cultura" e "Identidades". Desenvolve pesquisas no campo da economia solidária em sua interface com as políticas sociais com foco na reciprocidade em comunidades assentadas no Estado da Paraíba.

ology of rotative solidarity, which are collective forms of savings in the form of money and or products, management of the program is shared among community organizations, government entities and non-governmental organizations, which are formed by national and local management councils. Therefore, the central concern is the different institutional paths that the program is subject to shared management. In this sense, our effort is to understand the limits, progress and hopes of learning from shared management involving different institutional matrix, and different styles of organization that can be learned from the experience of social management of the rotative solidarity funds in Northeast Brazil.

Keywords: Rotative Funds; Solidarity Finance; Solidarity Economy.

Apresentação

Esta comunicação debate a experiência de gestão compartilhada de uma política pública de crédito em construção no âmbito de uma rede de finanças solidárias, envolvendo atores de diferentes matrizes sociais e institucionais: comunidades de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais, que demandam recursos para seus grupos produtivos solidários; organizações não governamentais, que são mediadoras convenientes do apoio financeiro; e bancos públicos e órgãos governamentais, enquanto fontes de recursos financeiros da política creditícia.

Trata-se do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários, iniciado em 2005 com um módulo experimental de 50 projetos implementados na Região Nordeste e Norte de Minas Gerais. Os recursos são oriundos do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB)⁴ e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Após o processo de avaliação e discussão dos resultados deste módulo experimental, pretende-se que o Programa tome amplitude nacional.

Na matriz institucional do PAPPS, as decisões são compartilhadas por um Comitê Gestor Nacional composto por representantes governamentais, como BNB e SENAES, e das grandes redes sociais, como Cáritas, Articulação do Semi Árido (ASA), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Mutirão contra a Fome e Miséria, da CNBB, entre outras.

A metodologia do Programa é conhecida como Fundos Rotativos Solidários, onde a própria comunidade é responsável pela gestão local dos recursos, resgatando a prática de finanças alternativas enraizadas nas organizações populares, onde os interesses e a solidariedade tecidos nas relações sociais internas e externas aos grupos produtivos na forma de capital social, transformam-se em poderosos instrumentos de geração de renda. Neste sentido, à nível local, as comunidades organizam Comitês Gestores locais, que decidem coletivamente a

⁴ O BNB é um banco de desenvolvimento criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, é uma instituição financeira múltipla, organizada sob forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do Governo Federal. A missão do Banco é atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional.

alocação dos recursos. Este *status quo* é confrontado pela ação de desenvolvimento do Estado, que, por natureza, é baseada no individualismo e na propriedade privada capitalista.

Portanto, a questão central é compreender no âmbito do capitalismo contemporâneo brasileiro ainda em disputa entre o neoliberalismo e políticas desenvolvimentista, os dilemas postos pelas diferentes trajetórias institucionais e fontes de autoridades de um modelo de ação forjado pela tradição camponesa apropriado e submetido à ritualística de uma política pública governamental, em especial um banco público, como no caso o BNB. Assim sendo, quais os limites, avanços e esperanças do aprendizado da gestão compartilhada envolvendo diferentes matrizes institucionais, e diferentes estilos de organização e tomadas de decisão, que podem ser apreendidos da experiência de gestão social dos Fundos Rotativos Solidários no Nordeste brasileiro?

Aspectos teóricos metodológicos

A expectativa é que o acompanhamento, a avaliação e o debate sobre a experiência do PAPPS serão tanto mais profícuos, quanto mais forem capazes de apontar e qualificar as possibilidades do Programa em aportar inovações permanentes nas formas de financiamento das redes de economia solidária. Neste sentido, são três os lugares da fala sobre o PAPPS: um deles, é a perspectiva dos porta-vozes das fontes de financiamento BNB e SENAES/MTE e do Comitê Gestor Nacional, com base nas atas de suas reuniões e nos relatórios de visitas técnicas às comunidades contempladas.

A outra fonte de reflexões é uma pesquisa acadêmica de cunho sócio-antropológico em andamento na UFPB sobre os impactos dos FRS em comunidades camponesas paraibanas: Acauã, em Aparecida; Santa Cruz, ambas no Alto Sertão; Sítio Lagoa do Jogo, em Remígio, e Assentamento Santa Paula, em Casserengue, ambas no Agreste, e Conde, no Litoral Paraíba. A coordenação é da Profa. Alicia Gonçalves, do Departamento de Ciências Sociais.

E, a outra fonte de informações é a escassa literatura sobre os fundos rotativos solidários, onde destacamos Duque (2002, 2003 a, b; 2007, 2008, 2009); Gonçalves (2009, 2010 a e b); Heck (2006); Ibase/Cordel (2007); Mota (2009b); Santos Filho (2010) e Schmidt-Rahmer (2010 a e b), em meio à uma diversidade maior de trabalhos sobre finanças solidárias e, ainda mais ampla, sobre economia solidária, conforme listamos ao final de nossa comunicação.

Menos do que uma avaliação, mais do que uma resenha, este texto é uma primeira aproximação de uma reflexão sistematizada sobre a experiência ainda recente de uma política pública – os Fundos Rotativos Solidários, que resgata uma prática tradicional de finanças das comunidades no Nordeste.

Antecedentes

Ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro entre as décadas de 60 e 90, o acesso ao crédito das camadas populares urbanas e rurais foi obstaculizado, seja pelos altos custos financeiros, principalmente após o advento da correção monetária, o excludente Sistema Nacional de Crédito Rural, a escassez de incentivos para os sem capital e propriedades, seja pelos altos custos de transação oriundos das exigências burocráticas, das garantias e tempo de tramitação das propostas de crédito.

Apontando em sentido contrário, lentamente, os movimentos sociais foram acumulando experiências, conhecimentos e força política para, no mínimo, influenciarem a formulação de políticas públicas de crédito. Ou seja, no sentido da construção de programas e políticas adequados à economia da cultura dos mais pobres de trabalhar, produzir e sobreviver comunitariamente.

Na década de 80, ensaios de participação e mudanças ocorreram com o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), as experiências de apoio às cooperativas de crédito, e na aprovação, regulamentação e formulação dos Fundos Constitucionais regionais, em especial o FNE, dirigido para o Nordeste.

No início dos anos 90, tivemos as experiências das Comissões da Terra do Programa de Apoio aos Assentados da Reforma Agrária (Programa da Terra), compostas por técnicos e gestores do INCRA, bancos públicos, Sindicatos e Federações de trabalhadores rurais, e Movimento Sem Terra.

Na segunda metade da década de 90, houve a emergência do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), com forte protagonismo dos movimento sindical dos trabalhadores rurais, e a implementação de programas governamentais e não governamentais de microfinanças solidárias, tais como microcrédito, bancos comunitários e moedas sociais, cujos exemplos emblemáticos são o CrediAmigo, do BNB, e o Banco Palmas, atuantes no Nordeste.

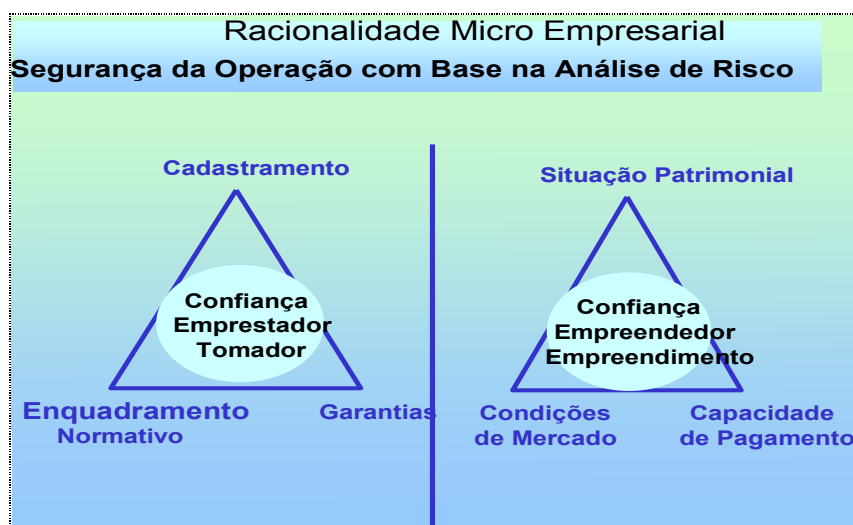
Esta nascente indústria de finanças solidárias vem ao lume com a marca ainda incipiente da responsabilidade do coletivo, através do instrumento aval solidário, já apontando para uma gestão social do crédito produtivo.

Cultura tradicional do crédito x redes sociais de crédito

Até então, tradicionalmente, a tecnologia creditícia era baseada, por um lado, na racionalidade microeconômica empresarial devotada ao bom desempenho na geração de receitas do empreendimento visto individualmente; e, por outro, na maximização da confiança entre tomador e emprestador do recurso financeiro. Estas tecnologias tinham como substrato mi-

nimizar os efeitos negativos da informação imperfeita sobre as condições econômicas e conduta moral e ética, isto é, o risco moral - *moral hazard* - de postulantes ao crédito.

Figura 1



Por conseguinte, para se ter acesso aos programas e políticas de crédito seus pleiteantes eram submetidos a rituais de passagem que os qualificassem como clientes de confiança. Para tal, teriam que comprovar, além de toda uma documentação pessoal e sobre a propriedade de seus bens, também a capacidade de seus empreendimentos obterem lucratividade que assegurassem o retorno dos capitais investidos.

Entretanto, seja por conta da inadimplência, seja como alternativa ao *moral hazard*, ou à necessidade de ampliar a base social do crédito, e mitigar a pobreza, emergem nas políticas públicas a partir da metade dos anos 90, as tecnologias baseadas na gestão social do crédito, onde as relações de proximidade próprias das comunidades, o associativismo e a cooperação entre atores locais, compõem o capital social mobilizado para auferir o grau de confiança moral e econômica em relação ao pleiteante do crédito.⁵

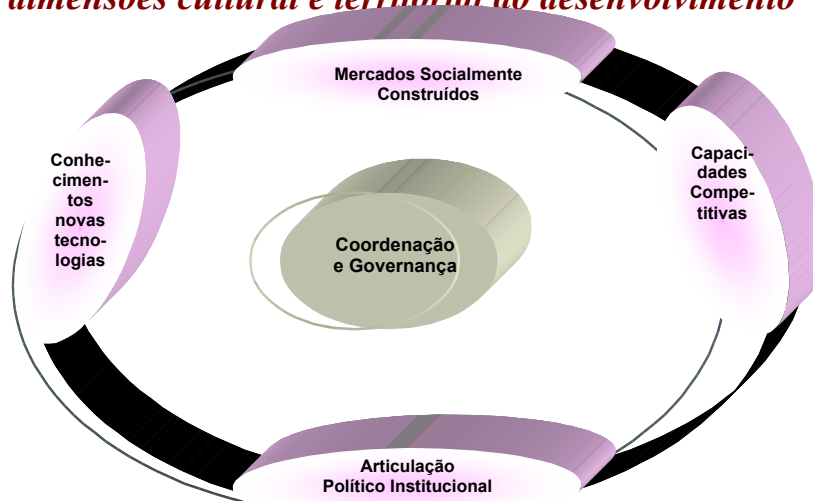
⁵ A propósito, nunca é demais lembrar que, na década de 70, o Grameen Bank fundou esta estratégia em Bangladesh nas ações com o microcrédito. Conforme sintetizou Alcides Gussi “as ações do Grameen compreendem os seguintes pressupostos:

1) Aval solidário: refere-se à garantia oferecida do empréstimo em nome do grupo, de maneira que o empréstimo não é fornecido individualmente, mas sim a grupos de pessoas que se responsabilizam solidariamente pelo pagamento do empréstimo;
2) Enfoque na ideia de pertencimento: os participantes do banco devem fazer parte das decisões das ações do próprio banco em que seus membros possam participar de conselhos e reuniões em que se planificam os empréstimos;

Esta abordagem pós-moderna centrada nas capacidades sistêmicas do empreendimento, incorpora uma visão territorial do financiamento do desenvolvimento, buscando alinhar a alocação dos recursos com elementos estruturadores do crédito, na perspectiva que a dinâmica de interação social entre os atores, eliminem o risco moral e a informação imperfeita.

Conforme ilustração adiante, a capacitação gerencial e tecnológica passou a ser parte integrante do processo de crédito, possibilitando a pesquisa e difusão de novos conhecimentos, e, portanto, o desenvolvimento das capacidades competitivas dos empreendimentos e empreendedores. Por outro lado, a articulação político-institucional inseridas em redes, possibilitam o acesso aos mercados de bens, produtos e serviços, enquanto construções sociais. E, coordenando estes processos interativos, valoriza as formas de coordenação e governança territoriais, que pode ser tanto uma associação ou cooperativa de agricultores familiares, uma ONG, ou agência de desenvolvimento local.

Figura 2 - Inovações na tecnologia creditícia e as dimensões cultural e territorial do desenvolvimento



Portanto, esta inflexão nas estratégias de políticas, embora tenha se desenrolado na segunda metade dos anos 90 no Brasil, ela não abandona ainda a racionalidade microeconômica do empreendimento individual, mas agora, já visto num contexto do desenvolvimento local. Desta forma, para o século XXI, foram incorporadas e articuladas seis dimensões na concepção e na execução das políticas públicas e dos programas sociais (Gonçalves, 2008):

- 1^a.) economia (cadeias produtivas e arranjos produtivos locais);
- 2^a.) relações de poder (nas dimensões institucional e local),

3) Desburocratização, com pequenas parcelas de pagamentos e juros baixos;

4) Enfoque na solidariedade, lealdade familiar, ajuda mútua e possibilidade de emancipação política”. – v. Gussi (2010:13-14).

- 3^a.) cultura (valores, tradições, identidades sociais);
- 4^a.) geografia (condições físicas e climáticas);
- 5^a.) redes de proteção social (desigualdades sociais, políticas de inclusão social e cultural, saúde, educação, projetos de melhoria das condições de vida, fortalecimento da cidadania);
- 6^a.) responsabilidade ambiental (marcos legais; posturas governamentais, empresariais, acadêmicas e da sociedade civil).

Fundos Rotativos Solidários: uma breve arqueologia

No caso específico dos Fundos Rotativos, que serviram de base para política pública a partir de 2005, a sua racionalidade repousa na dimensão comunitária da reciprocidade, da dívida e da moralidade, que estão presentes nos movimentos associativos. Ou seja, referem-se à práticas econômicas tradicionais presentes há muitos anos nessas comunidades, e que têm assumido historicamente um papel crucial para a sua sobrevivência, tal como demonstra pesquisa de campo realizada por Eric Sabourin (1999, p.41), entre outros: “*nas comunidades rurais do Sertão Nordestino, paralelamente às relações de câmbio mercantil, encontram-se prestações econômicas não mercantis que correspondem às permanências de práticas de reciprocidade camponesa, ancestrais ou readaptadas em contexto novo*”.⁶

E, conforme chama atenção Gonçalves (2010b): “*a permanência das práticas de reciprocidade pode ser observada mediante mecanismos de dívida, de ajuda mútua e convites essenciais à organização social e produtiva dessas comunidades situadas em ambientes rurais de clima semi-árido, onde as condições de vida são marcadas historicamente pela ausência de infra-estrutura tecnológica e produtiva, serviços de saúde, de educação, sem a propriedade da terra e longos períodos de seca.*”

Quando políticas públicas de desenvolvimento local formuladas pelo governo federal incorporam e (re) significam tais práticas baseadas em laços de reciprocidade, simultaneamente, atualizam uma espécie de economia da dívida que tem o potencial de fortalecer a organização social e produtiva das comunidades e, paradoxalmente, promover sua inserção à economia mercantil.⁷

Segundo a pesquisa coordenada por Alicia Gonçalves (2010 a), na Paraíba os Fundos Solidários são praticados há mais de 30 anos. Desde então, pequenos agricultores organizados em Comunidades Eclesiais de Base se associavam para disponibilizar e gerir recursos finan-

⁶ Cf. Lanna (1995); Sabourin (1999); Oliveira (2006); Duque (2008); Duque & Oliveira (2007) e Mota (2009), para o caso de comunidades rurais no semi-árido cearense dentre outros.

⁷ Segundo Klaas Woortmann (1990) O espírito da reciprocidade, enquanto princípio moral, presente nas sociedades camponesas, nega e se contrapõe ao espírito do lucro.

ceiros visando atender as necessidades imediatas da comunidade que ressarciam tais recursos trocando produtos entre si (como porcos, cabras, galinhas e sementes) configurando, a partir das relações de troca, o circuito da dádiva. Importante lembrar que na origem do movimento das Ligas Camponesas nas décadas de 50 e 60, ali estava um fundo rotativo criado no Sítio Gameleira, na Zona da Mata de Pernambuco, para possibilitar que os sitiantes pudessem ter funeral digno, que foi confundido pelos usineiros como movimento comunista.

No caso dos FRS na Paraíba, a mobilização iniciou-se em 1993 na comunidade de Caiçara, no município de Soledade, em torno da construção de cisternas de placa, para enfrentar a intensa seca. As primeiras cisternas foram construídas pelo PATAC e em sistema de mutirão tomando por base as cisternas de placa projetadas na Bahia:

O caso das cisternas é o mais generalizado : um grupo de cinco vizinhos ou parentes recebe o dinheiro correspondendo ao material de uma cisterna. Escolhe-se a família do grupo que receberá a primeira cisterna : aquela que está mais afastada de uma fonte de água, ou que tem mais crianças pequenas, etc. Quando nenhum critério distingue uma família, uma é sorteada. O grupo combina também as condições de construção e de pagamento. Por exemplo, cada família cavará ela mesma o buraco onde a cisterna será construída, ou todos farão esse trabalho em conjunto. Geralmente os cinco chefes de família (ou membros dessas famílias) constroem juntos a primeira cisterna, em regime de « mutirão » (prática tradicional de realização de trabalhos em comum). A construção daquela primeira cisterna vai servir de aprendizagem sob a direção de um instrutor, que depois será dispensado. Após um prazo determinado pelo grupo – por exemplo de seis em seis meses, na oportunidade de uma safra ou da venda de um animal – cada família paga, por exemplo, 20% da dívida, o que permite iniciar a construção de uma segunda cisterna em benefício de uma segunda família do grupo. Em outros casos, o grupo decide de pagar uma quantia menor, porém cada mês. Quando o prazo de pagamento é cumprido – vários anos – a comunidade prefere adotar um fator de correção, por exemplo o preço atualizado do saco de cimento (Duque e Oliveira, 2007, p.3)

A gestão dos Fundos nas comunidades a partir da lógica da reciprocidade e de sua respectiva organização social, é baseada no “conselho” formado pelos chefes de família e na unidade básica que é a família do pequeno agricultor composta por pessoas ligadas por laços de sangue, afinidade e compadrio. Ao aderirem aos FRS, as pessoas assinam um termo de adesão, elaboram um regimento, convocam reuniões, elaboram a sua ata e fazem o controle contábil. Trata-se de um processo pedagógico, porquê pequenos agricultores com baixo nível de escolaridade formal aprendem a elaborar uma ata, por exemplo, ou a fazer um controle contábil básico dos recursos que entram e circulam.

No final de 2000, no Estado da Paraíba, foi lançado pela ASA/Brasil, o Programa de construção de um milhão de cisternas (P1MC) viabilizado pela política dos Fundos. Contudo, se as ações iniciais da ASA/PB e das comunidades foram mobilizadas para a construção das cisternas, a partir de então, os FRS foram utilizados para viabilizar outros empreendimentos como a criação de animais, cercado para aves, a criação de um banco de sementes comunitá-

rio, beneficiamento e comercialização de frutas nativas, tanque de pedra e barragens subterrâneas, dentre outros⁸.

Avalia então Gonçalves (2010b), que FRS são empreendimentos que viabilizam a convivência com o semi-árido a partir de uma nova concepção e também dos saberes tradicionais da comunidade. Para além da lógica financeira tradicional é importante ressaltar que os FRS segundo seu desenho, objetivos e sua metodologia têm o papel de fortalecer experiências já existentes, ou seja, fortalecer a organização produtiva e social de pequenos agricultores organizados em associações ou cooperativas e possibilitar a sua autonomia em relação às práticas clientelistas dos poderes locais constituídos.

PAPPS, política pública de Fundos Rotativos Solidários – breve etnografia

Como demonstrado até agora, a emergência do PAPPS ocorre no âmbito de um processo histórico de luta e acúmulo de força política das redes e movimentos sociais pelo acesso ao crédito para apoiar seus empreendimentos produtivos solidários. E, por outro lado, o Programa também resulta da estreita interação de técnicos formuladores e gestores de políticas públicas com as demandas históricas destas redes e movimentos sociais, criando uma ambiente favorável para experimentar o PAPPS como unidade de demonstração de inovações na tecnologia creditícia, com base nas experiências de tecnologias sociais desenvolvidas nessas redes tecidas no meio popular.

Neste sentido, a economia solidária foi mais uma das boas idéias que, a partir de 2003, o BNB incorporou no seu portfólio de políticas públicas de crédito para fomentar o desenvolvimento regional – v. Santos Filho (2009). Desde então, o BNB adotou institucionalmente, o apoio à Política Nacional de Economia Solidária, fato que influenciou a implantação da linha “Crediamigo Comunidade”, dentro do Programa de Microcrédito CrediAmigo, gerido pelo BNB.

Portanto, o BNB abriu canais de interação e articulação com os movimentos sociais, de certa forma represados ou não reconhecidos pelas administrações anteriores, cujo perfil era marcado pela centralização e inexistência de diálogos com os setores populares e seus representantes⁹.

⁸ A construção do banco de sementes comunitário revelou a biodiversidade do semi-árido, onde foram identificadas 18 variedades de feijão no Agreste, 20 no Brejo e 26 no Curimataú (DUQUE, 2008, p.10).

⁹ Conforme apontou Mota (2009), “embora se saiba que gestões anteriores tenham implantado programas como o BNB/PNUD, o “Farol do Desenvolvimento” e o CREDIAMIGO, orientados por articulações com os movimentos sociais, deve-se reconhecer que isto ocorreu muito mais por conta de posições isoladas do que institucionais”. Explica o autor que o PNUD atua para revigorar as parcerias regionais, e age como mediador e promotor de alternativas de desenvolvimento, como por exemplo, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL). A experiência piloto do PADL em parceria com o BNB foi desenvolvida no ano de 1996 em Tejuçuoca-Ce e, em seguida, em dois municípios pernambucanos: Catende e Timbaúba-Pe.

Ainda em 2003, o Banco apoiou, em parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), a autogestão pelos canavieiros da Usina Catende, localizada em Pernambuco, um emblemático empreendimento da Economia Solidária no Nordeste. Paralelamente, o Banco, através do ETENE, passou a apoiar a realização de Feiras de Comercialização Solidária na Região, bem como outras iniciativas, a exemplo do I Encontro Internacional de Economia Solidária, realizado em Fortaleza de 08 a 12 de novembro de 2005, com a presença do Secretário Nacional da SENAES, Professor Paul Singer.

Antes, em abril de 2005, foi lançada pelo BNB e SENAES através de Carta Convites, a primeira chamada pública de apoio a projetos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários. Depois desta, foram lançados um Aviso em janeiro/2008, e outro mais recente, em julho/2010. Nas duas primeiras Carta Convite, o Comitê Gestor Nacional ingressou no Programa 17 entidades, e depois mais 33 projetos, num montante de R\$ 4,8 milhões aplicados, sendo R\$ 2,5 milhões da SENAES e R\$ 2,3 milhões alocados pelo BNB/FDR.

Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários - PAPPS			
Distribuição de Crédito / Período de 2005 a 2008			
UF	Quant.	Valor (R\$)	Famílias Beneficiárias
PE	10	1.012.395	1.136
CE	10	989.003	112
BA	6	589.850	360
MG	6	572.195	180
PB	6	477.913	359
MA	4	393.228	382
SE	3	335.000	10
PI	2	200.000	90
AL	2	170.000	218
RN	1	70.000	20
TOTAL	50	4.809.585	2.757

Fonte: BNB/ETENE



Dessa forma, foram apoiados 50 projetos, distribuídos por toda área de atuação do BNB, especialmente Ceará e Pernambuco, que concentraram 20 % da demanda do Programa. Estima-se que o número de famílias participantes seja bem maior que o apresentado na tabela abaixo – 2.757, pois são os Comitês locais que decidem as entradas e saídas das famílias nos FRS.

Nesta nova concepção de tecnologia creditícia, o princípio norteador é a participação e o controle social incorporados numa política pública de crédito de âmbito federal, lado a lado com os gestores do setor público, valorizando a organização de redes de cooperação social ligadas aos movimentos populares. Desta forma, se agrega valor ao desenvolvimento das

comunidades através da geração de ocupações, rendas e poupanças coletivas. Por conseguinte, também é valorizada e apreciada a identidade cultural urbano/camponesa enquanto elemento crucial do desenvolvimento local. São estas as orientações:

- *Desenvolvimento comunitário, geração de ocupação e renda e de poupanças coletivas;*
- *Organização de redes de cooperação social ligadas aos movimento populares;*
- *Valorização da identidade cultural destacando a diversidade da cultura urbano/camponesa como elemento de desenvolvimento local.*

Além disso, o PAPPS foca benefícios e, portanto, quer funcionar como porta de saída para pessoas ingressas no Programa Bolsa Família, incentivando o sentimento de pertença ao lugar onde nasceram, descobrindo as potencialidades locais. Neste sentido, um outro princípio norteador no meio rural, é o fortalecimento e desenvolvimento das tecnologias sociais apropriadas à convivência com o Semiárido, como as cisternas de placas, que contrapõe-se aos programas convencionais de combate à seca.

O Programa se propõe a disponibilizar, de forma democrática, recursos financeiros para organizações da sociedade civil, com o objetivo de estimular a criação e o fortalecimento de ambientes territoriais inovadores a partir de formas de convivência solidária e autogestão.

A matriz institucional e operacional do PAPPS repousa na metodologia dos Fundo Rotativos Solidários, que são formas de poupança coletivas no meio popular, na forma dinheiro e/ou produtos, geridos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção e comercialização de bens e serviços. Portanto, a própria comunidade é responsável pela gestão local dos recursos, resgatando a prática de finanças alternativas enraizadas nas organizações populares, onde os interesses e a solidariedade tecidos nas relações sociais internas e externas aos grupos produtivos na forma de capital social, transformam-se em poderosos instrumentos de geração de renda.

Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. Desta forma, o PAPPS disponibiliza recursos financeiros não reembolsáveis para apoiar instituições que de-

envolvam projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços, situados na área de atuação do BNB.

Portanto, a responsabilidade pela condução e sucesso do Programa é tanto da própria comunidade e suas entidades que vão gerir os recursos, quanto do Comitê Gestor Nacional, que seleciona os projetos a serem apoiados. Compõem este Comitê as seguintes representações:

Banco do Nordeste do Brasil S/A; Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Cáritas Nacional; Articulação do Semiárido – ASA; Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – FBSAN; Mutirão para Superação da Miséria e da Fome – CNBB

Em nível local, os Comitês Gestores são formados por representantes de associações de moradores, redes de produção, sindicatos, grupos religiosos, enfim, um enorme leque de instituições, dependendo das condições locais. Via de regra, é construído democraticamente um Regimento Interno, onde se define a forma de acesso aos Fundos, as condições de retiradas, e as formas de devolução voluntária, seja em dinheiro ou em produto. Ali ficam definidas a periodicidade das reuniões do Comitê Gestor local – v. CEPAC (2009).

Mediações e estilos de agenciamentos

Como já mencionado, o processo decisório e as instâncias decisórias são cruciais para o programa e possibilidades de sucesso dos Fundos Rotativos Solidários. Isto porque existe uma gestão restrita dos recursos, que fica a cargo das entidades que compõem o Comitê Gestor Nacional. Nesta instância é decidida a institucionalidade do programa, pois é deste Comitê que saem as diretrizes de acesso para se fazer parte do PAPPS.

Até então, são habilitadas através de projetos de intervenções, entidades sem fins lucrativos - ONG's – para canalizarem os recursos até às famílias que formam as comunidades locais. Via de regra, estas famílias formam grupos produtivos, alguns até institucionalizados, ou seja, são associações formais.

No local de atuação dos grupos produtivos solidários, estes se juntam e formam os Comitês Gestor Local. Conforme mencionamos anteriormente, ao aderirem aos FRS, as pessoas assinam um termo de adesão, elaboram um regimento, convocam reuniões, elaboram ata e fazem o controle contábil. Via de regra, estes comitês são formados por representantes dos grupos de produção solidária, a ONG que estabeleceu o convênio com o BNB, e entidades

locais, como associações de moradores, paróquias e pastorais, sindicatos e, em alguns casos, representantes do poder político local, como Prefeitura.

Obviamente, cada local tem sua conformação e sua dinâmica particular. O desafio é compreender de um modo sistematizado, as mutações do programa provocadas pelas diferentes trajetórias institucionais, através da análise do grau de coerência e dispersão do programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais, e quando confrontadas com as especificidades culturais dos territórios percorridos.

Para esta análise, o que se sugere são dois procedimentos etnográficos, que permitirá a apreensão das representações, a visão de mundo e a perspectiva dos atores envolvidos na gestão dos Fundos Rotativos. Ou seja, realizar uma “descrição densa” na qual se consideram os diferentes significados que os atores acionam publicamente por meio de uma interpretação da estrutura desses significados, que torna compreensível a ação social nos seus distintos contextos, ressaltando que a “descrição densa” articula-se ao conceito hermenêutico de cultura de Geertz (1978).

Complementarmente, é necessário que esta “descrição densa”, seja capaz de estabelecer a “resiliência” do PAPPS e sua metodologia de Fundos Rotativos Solidários, ao percorrer as diferentes “trajetórias institucionais” ao longo de suas gestões por estes diferentes Comitês Nacional e Local, além das instituições específicas, que são o BNB, detentor dos recursos de crédito, a ONG que estabelece o Convênio com o Banco, e o próprio grupo produtivo. Todos emanam normas e regras, não raramente contraditórias e conflitantes sobre o mesmo objeto de procedimento.

À guisa de esclarecimento, a noção de “resiliência, emprestamos da física, e refere-se à capacidade de alguns materiais de acumular energia quando submetidos a estresse, sem ocorrer rupturas. E, “trajetórias institucionais” nos valem da sugestão do Prof. Alcides Gus-si (2010), que vai se inspirar em Bourdieu para cunhar esta noção de trajetórias. Diz-nos o ilustre pesquisador (2010:22-23):

“Bourdieu (1986) em seu ensaio “A ilusão biográfica”, este autor abandona o pressuposto de que uma vida é “como um conjunto coerente e orientado que pode ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto” (p. 184). Entendendo que uma vida não é um fim em si mesmo e, portanto, não tem um sentido único, Bourdieu faz uma analogia entre a vida e o nome próprio. Diz o autor que este último é o que carregamos ao longo da vida, o que lhe dá sentido, para, logo em seguida, rejeitar a idéia de que uma vida possa ser explicada apenas pela associação ao nome, considerando-a “tão absurda quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações” (idem, op. cit. 1986, pp. 179-180).

Assim, Bourdieu constrói sua noção de trajetória “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço ele próprio um devir submetido a incessantes transformações” (idem, op. cit., p. 189). As trajetórias definem-se como colocações e deslocamentos no espaço social, mais precisamente “nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão colocados em jogo no campo considerado” (p. 190). Essa noção de trajetória faz com que se abandone a idéia de que uma vida possa ser compreendida como uma cadeia de acontecimentos “sem outros vínculos que não a associação a um sujeito” (idem, op. cit., p. 189). Deste modo, parto da idéia de que o programa não tem um sentido único e está circunscrito a ressignificações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços institucionais e junto aos beneficiários diretos do programa.”

Fundos Rotativos Solidários: dilemas na gestão social de recursos públicos

O projetos FRS vêm sendo acompanhados pelo Comitê Gestor e por técnicos do Banco do Nordeste/ETENE, além dos 06 projetos que estão sendo acompanhados pela equipe de pesquisadores na Paraíba, coordenados pela Prof. Alicia Gonçalves. Foram vistoriados in loco até agora, mais de 50 % dos projetos, sendo que a meta é que todos sejam visitados até meados de 2010. Algumas constatações servem para animar o debate:

- ***observações sobre a gestão comunitária dos projetos***
- Dos 33 projetos acompanhados “in locum”, nenhum deles apresentou até o momento sinais de irregularidade ou mesmo anormalidade.¹⁰
- No aspecto financeiro, os fundos rotativos solidários vêm funcionando satisfatoriamente, pois as devoluções voluntárias dos recursos vem sendo depositadas. Importa esclarecer que alguns grupos optaram pela devolução em espécie, outros pela devolução em dinheiro, outros optaram por carência. Ainda não foram feitas estimativas seguras, mas tudo indica que exista um percentual de inadimplência, e/ou desistência, bem abaixo da média, quando comparada, por exemplo, com a média do microcrédito;
- Ainda no aspecto financeiro, os investimentos previstos nos projetos tem acontecidos com normalidade. Em casos raros, foram feitas aquisições com procedimentos burocráticos incorretos, mas que já estão sendo corrigidas.
- Em todos os projetos, cresceu o saldo líquido das ocupações, até mesmo porquê o nível de abandono e desistência tem se mostrado irrelevante;
- Os participantes têm declarado que a renda familiar vem aumentando consideravelmente após ingresso nos grupos produtivos solidários. Em alguns casos, a renda familiar do projeto tornou-se a renda principal da família;

¹⁰ Considera-se irregularidade na gestão do projeto, as falhas insanáveis, tipo desvio de recursos, que afeta a credibilidade dos proponentes. Anormalidades referem-se, por exemplo, a atraso na prestação de contas, o que pode ser sanável num instante seguinte.

- Cresceu e diversificou-se a mobilização de recursos pelos grupos, principalmente, do ponto de vista de novos parceiros para ações complementares ao projeto, tipo assistência técnica, transportes, design de produtos, etc. Ou seja, o desafio da autogestão tem tido como resposta, a freqüente iniciativa de mobilização de recursos pelo próprios participantes;
- Foram criados e continuam em funcionamento os Comitês Gestores Locais do Programa, formados tendo em vista a gestão do Fundo Rotativo. Esta gestão ocorre de maneiras diversas, desde a intensidade das reuniões, a composição do Comitê, mas o que importa é que os Comitês funcionam e são representativos;
- As experiências de autogestão do projeto e do Fundo Rotativo, tem incidido no reforço dos laços de companheirismo e solidariedade nas comunidades onde atua o PAPPS. Estes resultados são bem visíveis principalmente nas atividades onde prevalece o coletivo, como por exemplo a exploração de pastagens comuns, a agroflorestação, ou nas atividades de artesanato;
 - ***observações sobre as dificuldades da gestão comunitária:***
 - Nota-se a fraca integração com o mercado, seja pela inconstância do volume de produção, seja baixa agregação de valor ao produto.
 - A articulação institucional ainda é insuficiente, na medida que recursos requeridos ainda são insuficiente, exigindo maiores esforços dos participantes. Isto fica muito claro na organização e participação em feiras de intercâmbio de produtos, que para funcionar exige a participação de muitos parceiros;
 - Consequentemente, ocorrem descontinuidade das ações, que é o lado sombrio da falta de parceiros tradicionais, pois as redes mais densas ainda estão por se construir;
 - ***observações sobre as relações entre o Comitê Gestor Nacional, Comitê Local e entidades convenentes***
 - Planejamento insuficiente das ações programadas, incorrendo em frequentes mudanças no orçamento e cronograma do projeto, o que implica em onerar os custos de transação;
 - Desconhecimento das exigências da legislação e normativos, especialmente as leis que regem convênios, a exemplo da Lei 8.666 e IN 01/97, que exigem concorrências e licitações para gastos acima de certos valores;
 - O desconhecimento das exigências legais afeta as prestações de contas principalmente em termos de comprovação de despesas, a saber: notas fiscais, carimbos, movimentação bancária, procedimentos licitatórios, formulários, etc.);
 - ***apontamentos sobre as perspectivas do PAPPS***

Afora estes obstáculos de praxe, as perspectivas do PAPPS são estimulantes, senão vejamos:

- Consolidar os empreendimentos já atendidos: embora este seja um tema que ainda não está na agenda do Comitê Gestor, mas urge que sejam estabelecidas prioridades no apoio aos projetos que tem apresentado bons desempenhos, ou seja, que possam funcionar como unidade de demonstração do Programa e suas técnicas e metodologias;
- Ampliar as ações em execução o que implica em ampliar a disponibilidade de recursos, seja para atender um maior número de projetos, seja para ampliar os territórios de experimentação do PAPPS;
- Estabelecer novo marco regulatório para as finanças solidárias, que institucionalize a prática de autogestão da poupança coletiva com ato fundador oriundo de recursos públicos. O tema tem sido polêmico entre as assessorias jurídicas de Ministérios, o que está a exigir uma orientação tempestiva da Advocacia Geral da União (AGU).

À guisa de considerações finais: possibilidades analíticas

Este elenco de observações empíricas inspira ilações no campo analítico que se espera relevantes para a correta compreensão do que se passa nas experiências locais, de maneira a replicá-las com maior previsibilidade.

Os Fundos Rotativos Solidários são instrumentos de finanças solidárias direcionadas às comunidades que, em tese, praticam a auto-gestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária e que decidem (re) investir parte desta, em prol da própria comunidade. Estes Fundos podem ser caracterizados como uma forma de associação de crédito rotativo.

Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade, seja na cidade, seja no campo, onde o agricultor compartilha água de beber porque “no sertão, água não se nega” ou ainda cria seus animais em áreas de pastagens comuns, os fundos de pasto.

Para além do crédito não reembolsável ao banco destinado à essas comunidades, o foco central dos Fundos são os interesses dos grupos ou das comunidades e a solidariedade tecida em suas relações sociais como poderoso instrumento na geração da renda. Em seu desenho e metodologia o papel atribuído aos Fundos não é de apenas prover o crédito segundo uma lógica financeira tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista presente em comunidades rurais, mas sim, exercitar um diálogo político-pedagógico onde a comunidade se aproprie dos circuitos financeiros, apontando para a emancipação das comunidades beneficiárias a partir da lógica da solidariedade.

Desta forma, os resultados e impactos do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários deverão ser examinados não só na melhoria das condições de vida das pessoas nas comunidades, mas principalmente deverão ser examinadas as incidências das ações do Programa sobre as relações de solidariedades e a própria sociabilidade na comunidade.

Portanto, algumas questões são centrais numa investigação:

➤ De que forma os FRS vêm permitindo ressignificações nas relações entre as pessoas e entre estas e a natureza nas suas comunidades ?

Em busca de pistas, pelo menos quatro eixos fundamentais deverão ser analisados, seja para experiências na cidade ou no campo:

- fortalecimento da organização produtiva, tecnologias e demais saberes tradicionais;
- autonomia política em relação às práticas clientelistas locais;
- desenvolvimento de novas relações homem-natureza condizentes com a proposta de convivência com o semi-árido, e
- ressignificações em suas identidades tradicionais.

Finalizando, trata-se de um conjunto de indagações que nos remetem à problemática central que são as ligações complexas entre tradição e mudança social e entre estrutura e ação social, a partir da mercantilização e monetarização da vida social.

Certamente, esta investigação contribuirá para apontar caminhos para a continuidade (ou não !) do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários e a adequação da metodologia dos Fundos Rotativos Solidários, enquanto modelos de política pública nacional de finanças para a economia solidária.

Referências

- AS-PTA/PATAC. *Cordel do Fundo Solidário: gerando riquezas e saberes*. AS-PTA/PATAC/BNB: Campina Grande-PB, 2008.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. M. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CEPAC. *Fundo Rotativo Solidário de Macaíba*. CEPAC: Macaíba/RN, 2009.
- DUQUE, G. & CIRNE, M. N. R. (2001) Créer des citoyens ou des exclus? Le défi des programmes de secours aux victimes des sécheresses. In ZANONE e LAMARCHE (org.) *Agriculture et ruralité au Brésil : Un autre modèle de développement*. Paris: Karthala, 2001, p. 129-144.
- _____. & DINIZ, P. C. (2003). A Articulação do Semi-Árido e o Desenvolvimento Sustentável: Uma experiência no Nordeste do Brasil. *Seminário Internacional El Mundo Rural: Transformaciones y Perspectivas a la luz de la Nueva Ruralidad*, Bogotá: Ed. Pontificia Universidade Javeriana;
- _____. & OLIVEIRA, M. S.L. (2003a). *Relatório de Síntese da Avaliação dos Fundos Rotativos de Cisternas*, Patos, 2003, 25 p.
- _____. & OLIVEIRA, M.S.L. (2003b). A contribuição dos Fundos Rotativos para o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido. *XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*. Aracaju/Se, 2003.
- _____. & OLIVEIRA, M.S.L. (2007). Comunidade rural e cooperação entre camponeses: os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba. *V Congresso Europeu CEISAL de Latino Americanistas*, Bruxelas, Bélgica, de 11 a 14/04/2007, 10 p.
- _____. (2002). Experiências de crédito alternativo para a agricultura familiar: caminhos de solidariedade e cidadania. *V Simpósio latinoamericano sobre investigação e extensão em sistemas agropecuários*. Florianópolis. CD sessão temática 4, 2002.
- _____. (2008). *A articulação do semi-árido brasileiro. Camponeses unidos em rede para defender a convivência no semi-árido*. UFPB: Campus Campina Grande, 2008, 23p.
- _____. (2009). *Fundos rotativos solidários e capital social. Notas preliminares*. 5p. Disponível: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 18.mar.2009.
- FRANÇA F., G. C. e SILVA Jr., J. T. (2006). Uma dinâmica associativa emblemática no Nordeste Brasileiro. In: FRANÇA Fo., Genauto Carvalho et alli (org.). *Ação pública e economia solidária*. Uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- GEERTZ, C. (1978). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 143-159

- GONÇALVES, A. F. (2008). Cultura, Trabajo y Economía Solidaria. Sevilla, *Seminário Hispânico-brasileiro de Culturas Del Trabajo y de las Empresas*, 2008.
- _____. (2009a). *Experiências em Economia Solidária*. Campinas: Editora do CMU/Artescrita, 2009.
- _____. (2009b). *Economia da dádiva e os Fundos Rotativos Solidários: reciprocidade e mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba*. Projeto de pesquisa/CNPq, UFPB;
- _____. (2010a). *A história dos fundos rotativos solidários no estado da Paraíba: a construção político-institucional de uma política pública*, UFPB; João Pessoa-PB
- _____. (2010b). *Cultura, Gestão Social e Finanças Solidárias*. In. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Universidade Federal de Lavras, 2010;
- GUSSI, A. F (2008). *Apontamentos teórico-metodológicos para avaliação de programas de microcrédito*. Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas. UFC, número 1, 2008, p. 29-37.
- _____. (2009a). *Cultura, desenvolvimento regional e avaliação de políticas públicas: trajetória institucional do programa de crédito e geração de renda (CrediAmigo) do BNB*. Projeto de Pesquisa / Numaap, Fortaleza-CE;
- _____. (2009b). *Microcrédito e dimensões de desenvolvimento*. In. Anais... II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, São Luís, 2009
- _____. (2010). *Cultura, Desenvolvimento e Microcrédito*. In. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Universidade Federal de Lavras, 2010;
- _____. & GONÇALVES, A. F. (2008). *Economia solidária e microcrédito*. In. IX Congresso Argentino de Antropología Social. 2005, Posadas, Argentina, Anais... Posadas, Misiones, Argentina. Universidad Nacional de Misiones, 2008 (CD-Rom).
- _____. , RIBEIRO, M.W.S., SILVA, R.J.F. (2010). *Avaliação dos impactos do Programa CrediAmigo em populações de baixa renda de Fortaleza*. In. Anais... X Semana de Humanidades, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2010 (inédito).
- HECK, Selvino (2006). *Fundos solidários/rotativos. Apoio a projetos produtivos solidários*. Brasília, 2006. 2p. Disponível em www.fbes.org.br. Acesso em: 18.mar.2009.
- IBASE/CORDEL (2007). *Sistematização das experiências dos Fundos Solidários no âmbito do Convênio BNB/Senaes-MTE. Relatório Final*. Rio de Janeiro/Recife/Fortaleza;
- LANNA, Marcos (1995). *A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- MOTA, J. R. D. (2009a) O BNB e a Economia Solidária. **IX FSM**, Belém, Paineis: “Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento no Nordeste: A perspectiva da avaliação”, 2009. 13p.
- _____. (2009b). *Políticas Públicas e Economia Solidária. Avaliação do projeto Sementes da Solidariedade*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, 2009. 56p.
- SABOURIN, E. (1999) – Práticas de Reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro – *Revista Raízes*, Ano XVIII, nº 20, novembro/99, pp. 41-49, Campina Grande-PB;

- _____. (2003). Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **XI CISO**: 1-25, Aracajú, Brasil, 2003.
- _____. DUQUE, G. et al. (2005). *Interactions entre organisations de producteurs et politiques publiques au Nordeste Semi-Aride*. In Atelier : « Les organisations professionnelles rurales et le développement durable : Regards croisés Brésil, Indonésie, France ». Montpellier, CIRAD, 7 e 8 septembre 2005.
- _____. (2009). **Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.
- SANTOS FILHO, C. (2009). O Banco do Nordeste e as boas idéias para o desenvolvimento regional. In: *Boas Idéias em Comunicação: o que os outros não dizem*. Adital/BNB, Fortaleza-CE, 2009.
- _____. (2010). *Fundos Rotativos Solidários: uma experiência de gestão social de recursos públicos nos marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil*. In. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Universidade Federal de Lavras, 2010.
- SCHMIDT-RAHMER, B. (Org) (2010b). *Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais – Caderno 2: experiências de Fundos Solidários*. Fundação Esquel/Banco do Nordeste do Brasil, Brasília/Fortaleza, 2010.
- _____. (Org.) (2010a). *Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais – Caderno 1: mobilização em prol de uma política pública de apoio a Fundos Solidários*. Fundação Esquel/Banco do Nordeste do Brasil, Brasília/Fortaleza, 2010.
- SILVA, R. M. A. (2006). *Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Brasília, Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado, 2006. 298p.
- WOORTMANN, K. (1990). “Com parente não se negueia”. O campesinato como ordem moral. Brasília, **Anuário antropológico**. V.87, p. 11-73. 1990.